

Nota da Direção

O primeiro número do quarto volume da *Católica Law Review* engloba um conjunto de textos que sistematicamente se enquadram em temas de direito público. Mais concretamente, este número da revista *Católica Law Review* inclui contributos que se debruçam sobre temas de direito administrativo (mais concretamente, um artigo sobre a nulidade dos contratos administrativos e outro sobre energia e regulação), de direito constitucional e teoria política, e de direito internacional público, bem como um comentário a um Acórdão do Tribunal de Justiça da União Europeia.

Tendo em conta a maturidade que a *Católica Law Review* já alcançou, optou-se por lançar um *call for papers* e aguardar pela iniciativa da comunidade científica, sem prejuízo de um dos artigos resultar de um desafio feito diretamente aos autores (mas sujeito a *peer review*). A relevância precípua dos temas desenvolvidos em cada um dos artigos e do comentário deste número, aliada à diversidade institucional e geográfica dos seus autores, revelam a afirmação da *Católica Law Review* como um *player* relevante no panorama jurídico nacional e internacional.

Na parte doutrinal, o presente número reúne os contributos de Bruno Reynaud de Sousa (Porto & Minho), Christos Kypraios (Max Planck Heidelberg), Hugo Aparício (advogado), Luís Pereira Coutinho (Universidade de Lisboa), Vera Karam de Chueiri (Universidade Federal do Paraná), Angela Couto Machado Fonseca (Universidade Federal do Paraná), Thiago de Azevedo Pinheiro Hoshino (Universidade Federal do Paraná) e Rachid El Bazzim (Universidade Ibn Zohr Agadir). Na parte de comentário, o presente número inclui uma contribuição por parte de Inês Quadros (Católica – Lisboa).

O artigo escrito por Bruno Reynaud de Sousa e Christos Kypraios reflete sobre a atividade de mineração de recursos espaciais e procura compreender o papel do Estado e dos sujeitos privados na exploração destes recursos mineiros. Por seu turno, o artigo de Hugo Aparício analisa o atual regime jurídico da nulidade dos contratos administrativos, incidindo quer sobre a nulidade própria

dos contratos, quer sobre a nulidade derivada/consequente dos contratos administrativos. Por outro lado, o artigo de Luís Pereira Coutinho encontra-se na interseção entre a teoria política e o direito constitucional, procurando dar uma perspetiva original sobre o impacto do pensamento político de Thomas Hobbes no pensamento constitucionalista de Carré e de Malberg. Já o artigo de Rachid El Bazzim faz uma análise *case-study* do impacto que a criação de agências regulatórias independentes têm na dinâmica do Estado, tendo por objeto de estudo o caso marroquino. Por seu turno, o artigo apresentado por Vera Karam de Chueiri, Angela Couto Machado Fonseca e Thiago de Azevedo Pinheiro Hoshino é uma reflexão profunda sobre a interseção entre o direito constitucional e a teoria da ação política no século *xxi*. Por fim, o comentário a um acórdão recente do Tribunal de Justiça da União Europeia, da autoria de Inês Quadros, incide sobre as dilemáticas questões da compatibilidade das reformas judiciais da Polónia com necessárias as garantias de independência e inamovibilidade dos juízes, e da possibilidade de uma ação por incumprimento contra a Polónia.